



PROFESSOR MICHEL MISSE ANALISA A CHACINA DO COMPLEXO DO SALGUEIRO

Página 3



FERNANDO SOUZA

UNIVERSIDADE RETOMA DEBATE SOBRE EBSEERH

Depois de oito anos, o Conselho Universitário rediscute a contratação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para administrar as nove unidades de saúde da UFRJ. Em 2013, o tema fraturou a comunidade acadêmica, foi engavetado e a discussão terminou com tumulto e registros policiais. Após quase uma década e o agravamento da situação funcional e sanitária dos hospitais da universidade, diretores do Centro de Ciências da Saúde pediram a reavaliação do assunto. Em sessão extraordinária virtual na última terça-feira, o relator do caso apresentou parecer favorável à abertura das negociações. O clima de discórdia retornou ao Conselho, com muitos protestos e pouca análise concreta. Depois de quase quatro horas de desavenças, quatro conselheiros pediram vistas do processo. O tema volta ao plenário no próximo dia 2.

Páginas 2, 4 e 5

O ENEM É COISA NOSSA

Jornalista e professora Fernanda da Escóssia conta o drama dos invisíveis que inspirou sua tese de doutorado e ilustrou a redação do último Enem

Página 7

EDITORIAL

CAR@ COLEGA,

DIRETORIA

Não foi uma semana fácil. Iniciamos a travessia no domingo com o gosto amargo de mais uma barbárie policial contra moradores de comunidades. Dessa vez, os relatos de desespero vieram do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, onde nove rapazes foram mortos por militares do Batalhão de Operações Especiais, o Bope. Como de hábito, a tragédia começou de véspera, sob o ritmo da pior das conselheiras, a vingança.

Na manhã de sábado, 20 de novembro, o sargento Leandro Rumbelsperger da Silva, de 38 anos, foi assassinado por traficantes enquanto patrulhava a favela. Em represália, as tropas do Bope passaram 33 horas tocando o horror dentro de um mangue da região. Ao saírem, deixaram um rastro de sangue que, segundo relatos de moradores, inclui tiros nas costas, cortes de órgãos genitais, balas na cabeça. Covardes, os agentes do Estado não voltaram sequer para recolher os corpos – alegaram risco de vida. Coube aos familiares o de sempre: denunciar, chorar e identificar seus mortos. “Isso vai continuar acontecendo enquanto as principais autoridades da área continuarem negando suas responsabilidades. As autoridades deveriam investigar o que aconteceu, pedir as armas dos policiais envolvidos e afastá-los”, resume o professor Michel Misse, um dos maiores estudiosos da violência policial no Brasil, e professor da UFRJ. “É com pesar que comento a mesma coisa há 50 anos”.

Ainda na terça-feira, a revolta e a tristeza com a chacina do fim de semana se somaram a uma espécie de torpor com o retorno de velhas questões da UFRJ. Saíamos das agruras da violência urbana para as disputas do mundo acadêmico, essa espécie de ilha que insiste em se fragmentar em debates fratricidas enquanto nossos reais inimigos travam embates reais para destruir a Ciência e a universidade. Na manhã do dia 23, em sessão extraordinária do Conselho Universitário da UFRJ, voltamos oito anos no tempo e, como em 2013, travamos um diálogo de surdos.

O Consuni foi convocado para decidir se a universidade reabre as discussões sobre a adesão à Ebserh, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. O relator, professor Walter Suemitsu, defendeu a abertura de negociações com a estatal. Um dos argumentos centrais do seu parecer é a posição de diretores do CCS, favoráveis à contratação da empresa para aliviar a profunda crise dos hospitais da UFRJ. “Escutei ambos os lados. Eu me reuni com os diretores dos hospitais, com o coordenador do Complexo Hospitalar, e também com o movimento Fora Ebserh”, ponderou Suemitsu.

Ponderações, no entanto, não foram o forte do último Consuni.

LUZIA DEIXA PR-4. PROFESSOR É NOVO PRÓ-REITOR

O Conselho Universitário do dia 25 aprovou a indicação do professor Alexandre Brasil Fonseca, do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, para assumir o cargo de pró-reitor de Pessoal (PR-4). “Como servidor público, é um grande privilégio poder contribuir para nossa universidade nessa gestão, especialmente na pró-reitoria de pessoal. É um espaço central”, disse Alexandre. “Darei meus melhores esforços para que a gente possa continuar avançando para uma universidade cada vez mais pública, gratuita, laica, inclusiva, antirracista, democrática e de qualidade”, acrescentou. Pró-reitora anterior, a técnica-administrativa

Luzia de Araújo Marques vai substituir a professora Cristina Riche na Ouvidoria. O mandato está acabando e a docente não poderá mais ser reconduzida na função. Esta mudança ainda será oficializada pelo Consuni. Luzia agradeceu as palavras carinhosas dos conselheiros e aos colegas no chat da sessão. “Considerado nosso último dia 20, em que comemoramos o dia da Consciência Negra: que essa consciência aflore todos os dias para que possamos estender as mãos àqueles que estão a dois ou a muitos passos de nós e nos alinhar. Ninguém faz nada isolado, ninguém é uma ilha”, pontuou.



■ **O PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO DESTA SEMANA** comenta a pesquisa organizada pelo Observatório do Conhecimento que vai mapear eventuais violações e ameaças ao exercício da liberdade acadêmica e de cátedra, ao longo dos últimos anos. Para conversar sobre a iniciativa, o programa recebe o professor Fernando Cássio, da Universidade Federal do ABC e diretor da associação docente local, integrante do Observatório. O AdUFRJ no Rádio também recebeu a jornalista e professora da Escola de Comunicação da UFRJ Fernanda da Escóssia. A tese da docente sobre a exclusão de brasileiros sem documentos foi citada no Enem. O programa vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10h, com reprise às 15h, pela Rádio UFRJ (www.radio.ufrj.br) e também está disponível em seu agregador de podcasts favorito.

ELIANE POTIGUARA RECEBE TÍTULO DE DOUTORA HONORIS CAUSA

Por unanimidade, a UFRJ concedeu à poeta Eliane Lima dos Santos — mais conhecida como Eliane Potiguara — o Título de Doutora *Honoris Causa* durante a sessão do Consuni do dia 25. A escritora, professora, poeta e contadora de histórias de origem étnica Potiguara vem sendo estudada como primeira escritora indígena do Brasil. Seu poema “Identidade indígena”, escrito em torno de 1975, tornou-se um marco da escrita indígena de autoria única para a poesia brasileira contemporânea. Formada em Letras e licenciada em Educação pela UFRJ, Potiguara tem extensa trajetória acadêmica e política relacionada à denúncia de violação dos direitos humanos e indígenas no Brasil e na Organização das Nações Unidas (ONU).



CONVÊNIO

■ Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



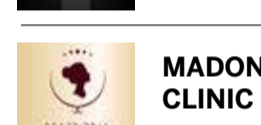
MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

ENTREVISTA | MICHEL MISSE, COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM CIDADANIA, CONFLITO E VIOLÊNCIA URBANA DA UFRJ



“É COM PESAR QUE COMENTO A MESMA COISA HÁ 50 ANOS”

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Um dos maiores especialistas em violência urbana do país perdeu a conta de quantas chacinas já foi convocado para comentar ao longo de sua trajetória acadêmica. Michel Misse, professor do IFCS e coordenador do Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ, não esconde a perplexidade ao acompanhar os relatos sobre o assassinato de nove pessoas no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no último final de semana.

Os corpos foram abandonados no mangue e retirados pelas famílias, que relataram graves marcas de tortura.

Misse acredita que a chacina do domingo seja uma ação para vingar o sargento Leandro Rumbelsperger da Silva, de 38 anos, assassinado no sábado, dia 20. “Tem todos os indícios. Esse é o padrão de setores da polícia, tanto Militar quanto Civil, que já praticam esse tipo de retaliação e chacinas no Rio de Janeiro há décadas”, afirma o pesquisador.

Na quarta-feira, 24, saíram os laudos periciais realizados nos corpos resgatados. As análises indicam fraturas em crânio e tiros nos olhos, costas, braços e pernas. Uma das vítimas, Kauã Brenner Gonçalves Miranda, de 17 anos, foi executado com nove tiros: “um no peitoral

esquerdo; um no peitoral direito; três na parte de cima da coxa direita; um na parte interna da coxa direita; um na parte de fora do terço inferior da perna direita”. Já o laudo de Igor da Costa Coutinho, de 24 anos, indica “face destruída e tiro no braço esquerdo” e aponta como causa da morte “traumatismo cranioencefálico”.

Das nove vítimas, apenas duas foram alvejadas com um único disparo: Igor e Douglas Vinícius Medeiros da Silva, de 27 anos. As outras sete foram atingidas com três tiros ou mais. Os laudos reforçam a tese de execução sumária e ação motivada por vingança. Em entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, o pesquisador analisa mais este massacre.

■ **Jornal da AdUFRJ - A chacina do Complexo do Salgueiro foi retaliação pela morte do policial?**

● **Michel Misse** - Tem todos os indícios. Esse é o padrão de setores da polícia, tanto Militar quanto Civil, que já praticam esse tipo de retaliação e chacinas no Rio de Janeiro há décadas. Observa-se que há conexões com milícias, o que torna o ato ainda mais grave. É pior porque há a proibição do ministro (Edson) Fachin, do Supremo Tribunal Federal, de operações dessa natureza na pandemia, mas eles usam o critério de ordem pública, um critério que nunca foi regulado por ninguém, para justificar as ações. É com pesar que mais uma vez comento a mesma coisa há 50 anos, sem mudanças nesse panorama.

■ **O senhor comentou sobre possível envolvimento de milícias.**

● Há notícias de que um dos líderes das milícias do Rio, cabo Ronny Peçanha de Oliveira, comemorou nas redes sociais a chacina, dando a entender que eles participaram também. Ele, que está preso, tem acesso às redes sociais. (Perfil no Twitter atribuído ao cabo comentou: “Fizemos uma ‘baguncinha’ no Salgueiro”. A polícia investiga)

■ **As famílias relatam sinais graves de tortura, o IML chegou a orientar que a identificação de alguns corpos fosse realizada do tórax para baixo, por conta da desfiguração do rosto, mas a polícia nega que tenha**

Há notícias de que um dos líderes das milícias do Rio, cabo Ronny Peçanha de Oliveira, comemorou nas redes sociais a chacina, dando a entender que eles participaram também. Ele, que está preso, tem acesso às redes sociais

■ **cometido tais atos. Até quando ações dessa natureza serão permitidas no Rio de Janeiro?**

● Isso vai continuar enquanto as principais autoridades da área continuarem negando. Ao invés de as autoridades investigarem o que aconteceu, pedirem as armas dos policiais envolvidos e afastá-los, continuam negando a gravidade dos crimes cometidos. Enquanto esse procedimento continuar, elas estão incentivando, ainda que indiretamente, mesmo que sem a intenção, a continuidade dessas práticas

■ **Os corpos foram jogados no mangue**

e retirados pelas famílias, diante da demora de o Estado fazer este trabalho. Com isso, cenas de crimes foram desfeitas. O senhor acha que será mais um caso em que os agentes não serão responsabilizados?

● Tudo indica que sim. Vamos aguardar. O Ministério Público está assumindo a investigação junto com segmentos da Polícia Civil. Temos alguma esperança, como ainda mantemos em relação ao Jacarezinho, mas também naquele caso (em 6 de maio) ainda não houve conclusões. Infelizmente, o histórico nos indica uma expectativa nula de que haja esclarecimento.

Consuni avalia se deve abrir debate sobre Ebserh

> Em tensa reunião, Conselho Universitário discutiu parecer favorável à abertura das discussões. Diretores do CCS defendem adesão. Estudantes e técnicos são contra. Professor pediu vistas

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

Oito anos após uma longa e difícil jornada de debates que dividiu a comunidade acadêmica, a adesão da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) voltou ao Conselho Universitário, no último dia 23. O relator do processo, professor e decano do CT, Walter Suemitsu, defendeu a abertura de negociações com a empresa.

Um dos argumentos centrais do seu parecer é a posição de diretores do CCS, favoráveis à contratação da empresa para aliviar a profunda crise dos hospitais da UFRJ. “Escutei ambos os lados. Eu me reuni com os diretores dos hospitais, com o coordenador do Complexo Hospitalar, e também com o movimento Fora Ebserh”, ressaltou o decano Walter Suemitsu.

“Há quase dez anos, este debate é feito. Qual é o projeto alternativo à Ebserh até o momento? E qual a urgência de pautar Ebserh correndo aqui?”, criticou Igor Alves. O representante da Associação dos Pós-graduandos, considerou que faltavam dados para sustentar as duas posições. “Estão faltando os números, o problema real. O debate da gestão, na opinião da APG, vem depois que a gente entender os reais problemas do hospital universitário”.

Depois de quase quatro horas de acalorado debate, quatro conselheiros pediram vistas do processo, o primeiro deles o professor Nelson Braga, da Física. O ponto retornará ao colegiado em sessão já convocada para o dia 2.

DEBATE

A reunião de terça-feira foi virtual, mas integrantes do movimento Barrar a Ebserh ocupa-

ram presencialmente o salão do Consuni com faixas de protesto e alguma aglomeração, o que foi muito criticado por docentes do CCS, entre eles a professora Lígia Bahia, médica e ex-vice-presidente da AdUFRJ. “Estamos ainda em um contexto epidemiológico que requer respeito às regras sanitárias. Vocês estão pondo pessoas em risco e a si próprios também”, escreveu no chat da transmissão, no Youtube.

Os técnicos e estudantes reivindicaram o retorno das reuniões presenciais do Consuni. A proposta não foi acatada pela reitoria, em função das questões de biossegurança.

Representante dos técnicos-administrativos, Roberto Gambine disse que a convocação da sessão para o dia 23 não permitiu a conclusão de um parecer alternativo ao do professor Walter. “Todos nós aqui estamos

imbuídos de encontrar a melhor solução para os nossos hospitais. Estamos fazendo esse esforço de formulação. Justamente por isso, estamos solicitando ao conselho que permita trazer a nossa avaliação, de forma organizada, que contribua para o debate”.

Já o representante dos professores titulares do CCS, professor Roberto Medronho, recordou o histórico de discussão da Ebserh na UFRJ. Ele lembrou que o assunto fratura a universidade desde 2013, quando o tema foi retirado de pauta em uma sessão turbulenta que terminou em pancadaria e registros policiais. De lá para cá, a empresa passou a administrar 40 hospitais em todo o país e a UFRJ optou pelo modelo de criação do Complexo Hospitalar. “O Complexo foi constituído e os nossos graves problemas não foram resolvidos”, disse Medronho, acrescentando que

os conselheiros proponentes em 2013 da chamada proposta alternativa à Ebserh se elegeram para a reitoria pouco tempo depois, entre eles Gambine, pro-reitor de Planejamento na gestão do ex-reitor Roberto Leher. “Eles tinham os instrumentos concretos para fazer valer esta proposta alternativa à Ebserh. E não fizeram. E não foi porque não quiseram. Foi porque há um entrave no modelo da gestão”.

O diretor do Hospital Clementino Fraga Filho, Marcos Freire, também participou do debate. “Estamos vivendo os mesmos problemas dez anos depois. Ebserh não é uma bandeira político-partidária. Não foi esse governo que criou. Foi lá atrás. É uma empresa pública. Não tem nada de privatização”, afirmou.

Também no chat da transmissão do Consuni no Youtube, o professor Pedro Lagerblad de Oliveira, do Instituto de Bio-

química Médica e ex-diretor da AdUFRJ, alertou para uma questão trabalhista. Observou que ser contrário à Ebserh seria, na prática, defender o trabalho precário atualmente exercido por cerca de mil funcionários extraquadros em todo o Complexo Hospitalar, que não possuem qualquer garantia trabalhista.

ADUFRJ

A diretoria atual da AdUFRJ está atenta à tramitação da proposta no Consuni. “O compromisso da nossa gestão é com o debate, amplo e diverso, sobre todo e qualquer tema. Particularmente em relação à Ebserh, o sindicato realizou, na semana passada, um debate com docentes que defendem posições opostas. Foi uma discussão rica e esclarecedora, e vamos continuar nesse caminho”, resumiu o professor João Torres, presidente da AdUFRJ.

FERNANDO HADDAD DEFENDE ADESÃO DA UFRJ



O debate sobre a adesão à Ebserh ultrapassou os muros da UFRJ. Um áudio de Fernando Haddad, ex-ministro da Educação, circulou entre os conselheiros do Consuni. Ele afirmou ter preparado o depoimento a pedido de colegas da UFRJ para fazer o contraponto a *fake news* de privatização dos hospitais, via Ebserh. Foi sob sua gestão (2005-2012) no MEC que a empresa foi criada em 2011.

“Nós criamos a Ebserh com a finalidade de reestatizar os hospitais públicos universitários. Estava acontecendo uma privatização dos hospitais mediante um expediente que era usar as fundações de apoio para contratar pessoal sem nenhuma transparência, sem orçamento definido na forma

da lei”, afirmou. “Criamos uma empresa estatal, 100% pública, 100% SUS por lei”.

O ex-ministro argumenta que a adesão da UFRJ ajudará a transformar a Ebserh em um dos maiores complexos esta-

tais de hospitais universitários do mundo em número de leitos, pesquisa e em campo de prática. “Basta consultar qualquer diretor de hospital que pertença à Ebserh. Vão ver que a autonomia está garantida, que a transpa-

rência está garantida”, disse. Haddad observou que a criação da empresa integrou reformas realizadas em sua gestão, como o Reuni, o Enem e as políticas afirmativas. Mudanças que sofreram “a mesma resistência do mesmo grupo reacionário, sectário, que tem dificuldade de entender a modernização e a progressão destes expedientes que dão mais segurança para a população e para o serviço público”. “Se eu voltasse dez anos atrás, faria ainda com mais empenho à luz dos resultados que obtivemos em relação aos hospitais, que hoje vivem uma situação muito diferente daquela que encontrei quando assumi o Ministério da Educação em 2005”, disse. “Espero que tomem a melhor decisão”, concluiu Haddad.

EMÉRITO DIZ QUE CONTRATO VAI INTERFERIR NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O professor emérito Nelson de Souza e Silva representou o Movimento Barrar a Ebserh na UFRJ, durante o Consuni. “Estudo este problema da contratualização com a Ebserh há mais de dez anos. Trata-se de um contrato de gestão do Complexo Hospitalar e de Saúde com cessão de patrimônio e de pessoal da UFRJ, que é uma autarquia pública especial, para uma empresa estatal dependente, com personalidade jurídica de direito

privado, prestadora de serviços hospitalares”, diz.

“Hoje, todos os hospitais das universidades que contrataram a Ebserh não são mais hospitais universitários. São hospitais da Ebserh, portanto, prestadores de serviços de saúde, pois esta é a função primordial da empresa pública de direito privado”, argumenta. A empresa é uma “estatal dependente” porque também recebe recursos do orçamento federal e,

entre outras leis, é regida pela lei das sociedades anônimas.

O docente, professor titular da Faculdade de Medicina, observou que a adesão de um hospital universitário à Ebserh representa interferência no ensino, na pesquisa e na extensão em toda a universidade. “A empresa vai gerenciar os hospitais de acordo com os interesses de uma empresa, que, por definição, são interesses mercantis. Ela vende serviços e auferir recursos

de outras fontes, até de aplicações financeiras. Uma autarquia pública especial autônoma, como a UFRJ, tem que atuar dentro do princípio constitucional da indisponibilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, disse. “A empresa, por exemplo, já está fazendo concursos para residentes. Os residentes não são mais da universidade, são da empresa. E assim é, e será, com todo o pessoal contratado por ela”. O professor também questionou

o argumento de que a Ebserh trará mais recursos para os hospitais, que hoje já recebem verbas do orçamento federal, do Rehuf (Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais) e do Fundo Nacional de Saúde. “Estes recursos agora vão para a empresa”, criticou. “Para que ela serve então? A lei que criou o Rehuf, sim, estava correta, pois aumentou os recursos para os HUs”, concluiu.

Artigo

TEXTO E TÍTULO DE RESPONSABILIDADE DA AUTORA

MARINALVA OLIVEIRA

Professora da Faculdade de Educação da UFRJ e integrante do Movimento Barrar a Ebserh na UFRJ



PRIVATIZAR E MILITARIZAR OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS NÃO É SAÍDA PARA A CRISE DA SAÚDE

A Ebserh foi criada para “resolver” os problemas dos hospitais universitários federais (HUs), que sofrem com estruturas físicas precárias, falta de pessoal e subfinanciamento.

A empresa hoje administra 40 HUs, mas a realidade tem mostrado que sua atuação não solucionou os problemas, não trouxe mais recursos para os hospitais, nem melhorou as condições da população usuária e do/as trabalhadores/as. Pelo contrário, são várias as denúncias de descumprimento dos contratos e nas metas de ampliação de infraestrutura, tendo reduzido os espaços de ensino, pesquisa e extensão, de trabalho e de assistência à população, consolidando a terceirização e o assédio moral aos trabalhadores.

Na UFRJ, a adesão à empresa foi retirada de pauta em 2013, após am-

plio debate na comunidade acadêmica. Contudo, a atual reitora, contrariando promessa de campanha, ressurgiu com a pauta, no fim do ano, quando a universidade ainda funciona majoritariamente de maneira remota, em meio à crise sanitária, política e social no país, conduzindo o processo sem debate com a comunidade universitária.

A reitora apresenta um relatório que não avalia o conjunto das experiências dos hospitais sob a gestão Ebserh, mas analisa apenas hospitais favoráveis/participantes da empresa. No relatório apresentado, estão ausentes os três segmentos da universidade, havendo problemas de metodologia, na amostra, no mérito e na representatividade.

A eventual transferência dos hospitais à empresa afastará a participação da comunidade acadêmica e implicará na cessão de patrimônio da UFRJ em meio a tantos ataques à educação pública em nosso país. Não podemos lutar contra a reforma administrativa e ao mesmo

tempo concordar que a contratação de pessoal deixe de ser via concurso público (RJU) e passe para a lógica privada (CLT). O fato é que, além de não trazer melhorias, a Ebserh tem interferido na autonomia universitária, especialmente nas práticas de extensão, e precarizado as condições de trabalho, entre outras queixas.

Além do mais, no atual contexto político e econômico, com Bolsonaro privatista no poder, além das graves ameaças à democracia, precisamos estar atentos a tudo que possa ameaçar o patrimônio público e a autonomia universitária. Eventual adesão à Ebserh seria abrir mão dos hospitais universitários e colocá-los sob o comando de um general, Oswaldo de Jesus, presidente da empresa.

Alega-se ainda que haveria espaço para negociar contratos mais favoráveis aos interesses da UFRJ, mas todos os contratos são iguais e atendem apenas aos interesses da empresa, com poucas diferenças, e significa uma adesão para garantir os inte-

resses da empresa, não da universidade.

Não se ignoram as dificuldades dos HUs da UFRJ, mas sabemos que essas são fruto do brutal contingenciamento orçamentário em todo o serviço público, em especial pelos cortes de recursos e limitação de concursos públicos, o que se agravou no Governo Bolsonaro. Os cortes de gastos públicos também afetam a Ebserh e não serão resolvidos mediante adesão à empresa.

É necessário ainda dizer que a UFRJ já tem decisão favorável da Justiça Federal transitada em julgado, em fase de execução, determinando a realização de concursos para substituição dos “extraquadro”. Antes mesmo de pensar em negociação com a Ebserh, a UFRJ deveria garantir a realização desses concursos para não perder vagas.

Por fim, entendemos que qualquer proposta de adesão deve ser precedida de amplo (e presencial) debate na comunidade universitária, de forma democrática, jamais como chantagem.

Artigo

TEXTO E TÍTULO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR

FELIPE ROSA

Professor do Instituto de Física e integrante do Conselho de Representantes da AdUFRJ



O CONSUNI DO FIM DA PICADA

Nessa última terça-feira, dia 23/11, tivemos o que alguns apelidaram como o “Consuni do fim do mundo”: depois de 8 anos congelada na gaveta reservada aos itens radioativos, a

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh – foi reconduzida à pauta da UFRJ. Mais especificamente, foi iniciada uma discussão para se abrir negociações com a Ebserh, deixando-se uma possível celebração de contrato para um momento posterior. Dada a experiência progressa (e, em alguns momentos, lamentável) do conselho máximo acerca do tema, já se esperava uma reunião bastante tensa, mas infelizmente o que se viu foi uma subida furiosa pelas escarpas da tensão até a beira do precipício da irresponsabilidade.

Antes de mergulharmos na polêmica, faz-se necessário prover um breve contexto. O Complexo Hospitalar da UFRJ

passa por uma situação difícil há muitos anos, graças a um coquetel indigesto de subfinanciamento, carência de gestão e corporativismo excessivo. Assim sendo, nos idos de 2012, o conselho do CCS propôs, numa votação por ampla maioria, que se passasse a gestão dos hospitais da UFRJ para a então recém-criada Ebserh, uma empresa pública engendrada para este fim. A perda da autonomia, ainda que parcial, sobre o complexo hospitalar de uma Universidade não é algo periférico ou acessório, e um vigoroso debate tomou conta da UFRJ até uma infame reunião do Consuni em meados de 2013, quando a discussão foi interrompida com violência e tumulto. O tema então ficou submerso até o final de 2020, quando, movido por encerramentos de contratos que fechariam muitos leitos, o Complexo Hospitalar solicitou às instâncias superiores o retorno às negociações com a Ebserh.

E um ano depois, cá estamos. Com o amadurecimento das conversas, foi convocado um Consuni extraordinário para tratar do tema. A polêmica se instalou assim que se anunciou que tal reunião seria

remota, pois isso “inviabilizaria o debate verdadeiramente democrático”.

Os mais experientes sabem que, nesse caso, “debate democrático” significa pressão ostensiva de grupos organizados sobre os conselheiros/as, com invasões das salas de reunião, palavras de ordem etc. Nada disso é necessariamente mau – manifestações, mesmo que enfáticas, fazem parte da democracia – mas junto-se os ânimos acirrados com o contexto pandêmico que ainda vivemos, e a decisão de fazer um conselho remoto mostra-se bastante responsável. Não obstante, foram anunciados atos presenciais anti-Ebserh na reitoria no próprio dia 23, com a participação de diversas entidades. Imaginava-se que o ato poderia se dar nos pilotis da entrada do prédio, ou talvez até no hall de acesso ao gabinete da reitoria, mas qual não foi a surpresa de muitos ao perceberem que, ao abrir-se a transmissão ao vivo do Conselho, as câmeras de alguns conselheiros mostravam o Salão Nobre da reitoria apinhado de gente.

Pasmem, caras e caros leitores: as mesmas lideranças que exigem padrões

sanitários nórdicos para o retorno das atividades didáticas presenciais estavam promovendo, sem a menor necessidade objetiva, uma baita aglomeração num salão pequeno e mal ventilado. Vários conselheiros presentes no salão, inclusive, retiravam suas máscaras para fazer suas intervenções. Poderia se argumentar que, devido às altas taxas de vacinação, o risco de contágio seria baixo, mas o fato é que todas as orientações técnicas são inequívocas em recomendar cautela em lugares fechados, e o que vimos foi uma grande cena de desobediência cívico-científica.

Enfim, após aproximadamente três horas e meia, com os humores recrudescendo e a aglomeração inflando, o representante dos professores titulares do CCMN pediu vistas do processo, o qual foi seguido por vários outros conselheiros. A próxima reunião do Conselho Universitário já está marcada para a próxima quinta-feira, dia 02/12. Espero não ter que bater novamente na tecla da insensatez, seria realmente o fim da picada.

CR apresenta mosaico do retorno presencial na UFRJ

> Dificuldades de segurança, sobretudo no Fundão, e de infraestrutura em diferentes unidades acadêmicas marcaram o debate da primeira reunião do Conselho de Representantes sob a nova gestão da AdUFRJ

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O primeiro Conselho de Representantes convocado pela nova diretoria da AdUFRJ mostrou uma organização bastante diversa do retorno presencial em toda a universidade. Há muitas unidades que retomaram grande parte de suas atividades presencialmente. Já outras, com graves problemas estruturais, estão sem condições de receber estudantes em suas instalações. O CR virtual, dia 22, reuniu 38 conselheiros, além da diretoria. “Foi uma boa reunião. Havia muitas unidades presentes. Foi bastante representativa”, avaliou o presidente da AdUFRJ, professor João Torres. “Tivemos um retrato de como está a volta presencial, com situações muito distintas. Sem dúvida, a segu-

rança, sobretudo para os cursos noturnos do Fundão, é uma das principais preocupações neste momento”, ressaltou. O alerta veio das representações do Instituto de Biologia e da Escola de Educação Física e Desportos. “O quadro mais grave é do pessoal do nosso noturno. No diurno, cerca de 50% dos nossos estudantes querem retornar presencialmente. Mas, no noturno, mais ou menos 5% dos alunos querem retornar agora, numa situação ainda de muita insegurança no campus”, afirmou a ex-diretora da AdUFRJ, professora Christine Ruta, da Biologia. O conselheiro Marcelo Melo, da EEF, falou no mesmo sentido. “A nossa solução foi voltar ao presencial com eletivas para minorar os impactos na nossa comunidade acadêmica. Oferecemos o mínimo de eletivas no período tarde-noite para não expor os alunos num Fundão



No diurno, cerca de 50% dos nossos estudantes querem retornar presencialmente. Mas, no noturno, mais ou menos 5% dos alunos querem retornar agora, numa situação ainda de muita insegurança no campus

CHRISTINE RUTA
Professora do Instituto de Biologia e ex-diretora da AdUFRJ

ainda vazio”.

Na Praia Vermelha, o maior problema é o aulário (conforme adiantado pela edição nº 1.204 do **Jornal da AdUFRJ**). A estrutura não permite o retorno presencial das aulas nos contêineres habitáveis. “Na Faculdade de Educação, nós voltamos o mínimo possível. A maior parte de nossas atividades acontece no aulário, que não tem nenhuma condição de receber alunos”, informou a professora Marinalva Oliveira. “Os estudantes estão também em situações precárias, muitos fora do estado”.

Outros conselheiros descreveram um retorno presencial amplo de suas unidades. Sobre o que funcionam nas instalações do Centro de Tecnologia. “Obviamente nunca paramos. Produzimos álcool desde o início da pandemia, fizemos palestras virtuais, colamos grau, organizamos a escola”, descreveu Ricardo Medronho, diretor da

AdUFRJ e professor emérito da Escola de Química. “A gente já começou a oferecer muitas disciplinas práticas presenciais e algumas teóricas. As salas foram todas sinalizadas para garantir o distanciamento de 1,5 metro. Nós procuramos nos adequar da melhor forma possível a essa exigência da volta”, disse. Outro relato veio da Escola Politécnica. “A universidade é muito diferente em tudo, sobretudo na sua estrutura física. No caso do CT, a infraestrutura é boa, há salas de aulas amplas, com janelas que podem ser abertas, há portas largas”, ressaltou o conselheiro Eduardo de Miranda Batista. “A informação que tenho é que o semestre seria adequado para disciplinas laboratoriais e atividades práticas. Continuamos majoritariamente em aulas remotas. O retorno presencial massivo acontecerá conforme o plano da UFRJ, a partir de 2022”, finalizou.

AÇÕES DA DIRETORIA NO PRIMEIRO MÊS DE MANDATO

O momento serviu também para que a diretoria apresentasse suas ações neste primeiro mês de mandato. O presidente João Torres fez um breve relato das movimentações jurídicas da AdUFRJ. Uma delas é o recurso contra a instalação de ponto eletrônico para os docentes do Colégio de Aplicação. “A primeira instância negou recurso e recorremos em segunda instância. Aguardamos o resultado”, contou. Outra ação foi o recurso da AdUFRJ movido no Tribunal Regional Federal da 2ª região contra a volta açodada das aulas presenciais. Do ponto de vista político, o professor destacou a atuação com o Andes e outros sindicatos. “Temos trabalhado

bastante com o Andes, inclusive na campanha contra a PEC 32, que é algo que atinge o serviço público e, principalmente, os jovens professores que ingressam na carreira”. A AdUFRJ foi uma das entidades que financiaram a campanha no Rio de Janeiro, com outdoors (foto) que convocavam a população para os atos de outubro, contra a reforma administrativa. Outro aspecto ressaltado pelo dirigente foi a atuação do setor jurídico do sindicato. “Entre 2020 e 2021, foram feitos 866 atendimentos de filiados. A assessoria tem atualmente 226 processos ativos, sendo 22 ações coletivas e 204 individuais. Foram, ainda, ajuizados 66 processos judiciais nesse período”, informou João.



NO TRF-2, PROCURADOR CONCORDA COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Forçada por decisão judicial ao retorno presencial possível das aulas, a UFRJ segue atenta às movimentações do recurso que tramita no Tribunal Federal da 2ª Região. E uma recente manifestação da Procuradoria Regional Federal pode ajudar a universidade a organizar a volta aos campi de forma mais cuidadosa e planejada. Em documento divulgado no dia 19, o procurador Paulo Fernando

Corrêa concordou, em boa parte, com os argumentos da defesa das instituições de ensino — além da UFRJ, são citadas no processo a UniRio, a UFRRJ, o IFRJ, o Cefet, o Pedro II e o Instituto Nacional de Educação de Surdos. O procurador é favorável à determinação de retorno às aulas presenciais, mas observa que a medida deve ser adaptada ao planejamento pedagógico de

cada instituição, assegurando a continuidade do ensino remoto para estudantes “cujas condições pessoais, econômicas e de saúde, não permitam o retorno presencial no corrente ano letivo”. Além disso, Paulo Fernando Corrêa destaca as dificuldades financeiras das universidades, institutos e Pedro II: “Permitindo-se àqueles entidades de ensino que comprovem não possuir condições de cumprir tais exigências de imediato, notadamente por questões orçamentárias, a manterem, até o fim do corrente ano letivo, a mo-

dalidade de ensino remoto, com a apresentação, desde logo, do plano de retorno às atividades presenciais para o primeiro semestre do ano letivo de 2022”. Advogada da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano considerou positiva a manifestação, mais sensível às dificuldades das instituições de ensino. E, portanto, com um ponto de vista diferente dos procuradores de primeira instância que moveram a ação junto ao TRF-2. “Ela concorda com os argumentos de que o retorno só pode ocorrer de forma segura. Foi uma manifesta-

ção feita pelo mesmo procurador da segunda instância que recebeu as entidades na reunião do MPF”, lembrou a assessora jurídica, em referência à reunião ocorrida dia 10 que contou com a presença da AdUFRJ. Não há prazo definido para o desembargador Marcelo Pereira da Silva, que determinou o retorno de vista diferente dos procuradores de primeira instância que moveram a ação junto ao TRF-2. Também não há decisão do desembargador em relação ao recurso apresentado pela AdUFRJ. (Kelvin Melo)

ENTREVISTA | FERNANDA DA ESCÓSSIA, JORNALISTA E PROFESSORA DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ

“UMA PESSOA SEM DOCUMENTOS É EXCLUÍDA DO MUNDO DOS DIREITOS”

LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

O Enem 2021 teve como tema da redação “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”, o que surpreendeu alunos e professores da educação básica. Mas a surpresa foi maior para

Fernanda da Escóssia, jornalista — que trabalhou na Comunicação da AdUFRJ, entre 2018 e 2019 — e professora substituta da Escola de Comunicação da UFRJ. Um trecho de seu livro, “Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento”, foi citado na prova. A obra, resultado da tese de doutorado de Fernanda, denuncia

a situação de pessoas que não têm acesso ao mínimo acesso limitado ao mínimo de direitos, como Saúde e Educação, por falta de documentos. O **Jornal da AdUFRJ** conversou com a professora sobre a sua pesquisa, a importância da repercussão do tema e o reconhecimento da ciência brasileira.

■ **Jornal da AdUFRJ — Como você chegou a este tema de pesquisa?**

● **Fernanda da Escóssia** — Descobri esse tema como repórter. A primeira matéria que eu fiz sobre pessoas sem documentos foi em 2003, na Folha de S.Paulo. Naquela ocasião, percebi que era um problema que passava de uma geração para outra e que tinha raízes profundas, históricas e estruturais na sociedade brasileira. Desde então, persigo o tema. No doutorado, precisei, como diria o (Pierre) Bourdieu (sociólogo francês), fazer um salto epistemológico, olhar o meu objeto agora com as ferramentas de outras ciências, as ciências sociais, transformando um problema social em um problema sociológico.



■ **Quais direitos são impedidos para uma pessoa sem documentos?**

● Uma pessoa que não tem certidão de nascimento não tem nenhum outro documento. Então, pela ordem, ela não tem CPF, não tem identidade, se for homem não tem certificado de reservista, não tem título de eleitor, não tem carteira de trabalho, não tem passaporte e, quando morre, é registrada em uma cova sem identificação. Uma pessoa sem documentos é excluída desse mundo dos direitos. Ela não vota, não tem emprego formal, não pode ser beneficiária dos programas sociais, não pode se aposentar e tem acesso limitado às políticas de saúde e educação. Uma senhora, no livro, tinha um câncer, mas não podia ser operada porque não tinha documentos. Durante muitos anos, ela só teve acesso ao atendimento emergencial. É um acesso limitado ao sistema de saúde. No caso da educação, a escola não vai per-

mitir que um estudante sem documentos estude. Por tudo isso, pessoas sem documentos têm acesso limitado às políticas de saúde e educação, e são basicamente excluídas desse outro conjunto de direitos.

■ **Segundo a sua pesquisa, houve uma queda no número do sub-registro de crianças entre 2003 e 2019, e um dos motivos foi o Bolsa Família. O fim do programa pode representar um retrocesso nesse cenário?**

● O Bolsa Família algum dia será visto também como um programa de acesso à documentação, porque, ao exigir que os beneficiários tivessem documentos, acabou motivando o próprio Estado a se mexer para oferecer e facilitar o acesso

à documentação para essas pessoas. O fim do Bolsa Família é preocupante sob vários aspectos e, também, sob o aspecto da questão da documentação. O que se espera é que esse programa que veio para substituí-lo pelo menos mantenha essa preocupação.

■ **O governo Bolsonaro nunca priorizou programas sociais. Esta falta de atenção pode prejudicar um sistema que estava sendo criado para incluir essas pessoas?**

● O governo Bolsonaro é refratário à observação dos direitos. É preocupante, claro. Em 2007, o governo Lula implementou o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro. O programa não foi extinto, mas as pessoas que estão mais atuais nestes comitês dizem que elas têm tido mais dificuldades. A erradicação do problema exigiria uma ação federal mais forte e radical sobre registro. Tem uma coisa muito simples que o governo podia fazer, um bom censo. O censo de 2010 perguntou sobre crianças de até dez anos sem documento. O próximo censo, que já foi adiado, perguntará apenas sobre crianças de até cinco anos sem documentos. Por que o governo não repete a pergunta da PNAD de 2015, que perguntava sobre pessoas de qualquer idade sem documento? Mas o governo esvaziou o censo e não mostra nenhum interesse em fazer esse diagnóstico completo.

■ **Como se sentiu, como pesquisadora, vindo um tema tão importante quanto o da inclusão ser o tema da redação do Enem?**

● Isso é muito importante para mim. Algumas pessoas consideraram o tema difícil para alunos do ensino médio, mas um tema

é difícil quando ele não é tratado, não é pensado e discutido. Ele não estava no nosso radar de preocupações. Assim como, há algum tempo, a desinformação também não estava no radar das nossas preocupações e hoje qualquer aluno de ensino médio sabe fazer uma redação sobre desinformação. Essa é a minha realização como jornalista, pesquisadora e professora. É muito gratificante ver que o tema da sua pesquisa serviu para a sociedade discutir um assunto que fala da exclusão brasileira. Agora temos reportagens, pessoas discutindo o tema da redação, professores de ensino médio atentos ao tema e três milhões de candidatos pensando sobre isso no domingo. Porque, na redação do Enem, o aluno tem que propor alguma iniciativa capaz de resolver o problema apontado na prova. Imagina que há três milhões de jovens pensando em algo que possa ser feito para diminuir a exclusão documental brasileira! Fiquei felicíssima.

■ **O governo ataca a Ciência. O que significa, neste contexto, ter a sua pesquisa como tema de redação do Enem?**

● A Ciência assume a sua centralidade nesse momento, mostra o que é capaz de oferecer para o país. É uma pesquisa em ciências sociais pautando a discussão na sociedade. Eu sou professora substituta de uma universidade pública, vemos as dificuldades que o ensino público superior tem enfrentado. Vemos as dificuldades que os pesquisadores têm enfrentado. Ver a pesquisa acadêmica no dia a dia das pessoas, mostrando a sua relevância, é muito recompensador.

UFRJ ENTRE AS QUATRO MELHORES UNIVERSIDADES DA AMÉRICA LATINA

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

A UFRJ foi avaliada como a melhor universidade federal do Brasil, a terceira melhor instituição de ensino superior do país e a quarta da América Latina. A conclusão é do *Best Global Universities 2022*. O estudo avaliou 1.849 instituições de 91 países. Desse conjunto, 1.750 foram classificadas como as melhores do mundo, de acordo com 13 indicadores de desempenho (veja quadro).

No cenário global, a UFRJ ocupa a 376ª posição, com 56,3 pontos, à frente de instituições renomadas, como a Universidade de Coimbra (Portugal) e Universidade de Rennes I (França). O topo da lista é ocupado pela Universidade de Harvard (com 100 pontos), seguida pelo Instituto de Tecnologia de

Massachusetts — MIT (com 97,5 pontos) e Universidade de Stanford (com 95,6 pontos), todos dos Estados Unidos. A primeira da América Latina é a Universidade de São Paulo. Com 69,6 pontos, ela ocupa a 115ª posição do ranking global. É seguida pelas universidades de Campinas (60,4 pontos), Católica do Chile (59,1 pontos) e pela UFRJ. Para a professora Daniela Uziel, coordenadora do escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho (GID), a posição da universidade revela a melhora de desempenho da UFRJ, mas também é resultado de um trabalho de organização dos bancos de dados científicos. “Há um ano, o GID foi criado, entre outras coisas, para organizar e sanear as bases de dados, pois existe uma variabilidade enorme de formas como a UFRJ é citada. Se a base

não está saneada, a gente não tem uma avaliação de citações e publicações que reflète a realidade”, explica. “USP e Unicamp fizeram isso há alguns anos e, normalmente, elas figuram no topo das listas da América Latina e Brasil”. O GID é vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Os dados gerados pelo escritório não se destinam somente a rankings, sublinha a professora Daniela. Eles também ajudam a verificar se a missão institucional está sendo cumprida. “Conseguimos medir nossa performance. Ver se a instituição está tendo um impacto social importante, se estamos conseguindo fazer pesquisa, internacionalizar”, comenta. Mas Daniela Uziel faz uma ressalva. Os rankings internacionais não são o fiel retrato da realidade. “São baseados em indicadores que eles

TABELA DE CRITÉRIOS

CRITÉRIOS	PESO
Reputação de pesquisa global	12,5%
Reputação de pesquisa regional	12,5%
Quantidade de publicações que estão entre os 10% mais citados	12,5%
Publicações	10%
Impacto de citação normalizado	10%
Porcentagem do total de publicações que estão entre os 10% mais citados	10%
Total de citações	7,5%
Colaboração internacional	5%
Colaboração internacional - em relação ao país	5%
Número de artigos muito citados que estão entre os 1% mais citados em seus respectivos campos	5%
Porcentagem do total de publicações que estão entre os 1% dos artigos mais citados	5%
Livros	2,5%
Conferências	2,5%

escolhem e aos quais eles dão peso. E eles estão muito focados nos seus próprios países e regiões. São, portanto, um retrato imperfeito da realidade”, afirma. “Somos uma universidade que tem cem anos, não somos comparáveis com uma universidade italiana de 500 anos. Em geral, são mais bem rankeadas

as universidades que têm poucos alunos por professor. Aqui no Brasil, com o Reuni, definimos que queríamos mais alunos no ensino superior e alargamos o número de alunos por professor. Então, nesse quesito, nunca vamos performar bem porque ele é contrário à nossa política de expansão”, exemplifica.

Coluna
publicada
quinzenalmente
no **Jornal da
AdUFRJ**



**MAYRA
GOULART**

Vice-presidente
da ADUFRJ,
professora de
Ciência Política
e yoguini



EQUILÍBRIO



Introdução ao Yoga

Nesta coluna, trataremos de apresentar o Yoga através de seu texto seminal: os sutras de Patañjali. Por seminal, não entenderemos aqui uma questão meramente cronológica, até porque o debate sobre a data de publicação da obra e a vida do próprio Patañjali é intenso. Para termos uma ideia, a datação do texto varia de IV a.c a VI d.c, sendo o Yoga uma doutrina ora vista como influenciada pelo budismo – cujo surgimento é situado no século IV a.c. –, ora vista como influenciadora do mesmo. Não obstante, se dermos um passo atrás, podemos observar na tradição védica, da qual surge também o hinduísmo, uma origem comum. Nesse sentido, sem a pretensão de adentrar nessa querela, até por que minha relação com o Yoga é menos intelectual, como seria a de uma historiadora dos conceitos, e mais a de uma praticante, assim como preconizado pelo próprio Patañjali, que vai ao encontro da premissa budista de uma doutrina prática, experimental e fenomenológica.

Certamente, esse elemento é mais forte no budismo que tem sua própria doutrina baseada em uma experiência, a do Buda histórico, enquanto o Yoga incorpora elementos mitológicos e deístas de maneira mais proeminente, assim como a ideia abstrata de que existe uma individualidade (*Atma*), inequivocamente constitutiva do Yoga, porém questionada pelo budismo.

■ Outro elemento comum entre ambas as tradições é a ideia de que o sofrimento (*duhkha*) pode ser evitado por meio de um processo de tomada de consciência voltado a conter a tendência natural da mente de oscilar, voltando-se ao passado ou ao futuro, aos objetos externos a ela através de sensações, aos sentimentos e padrões mentais como apego, desejo e aversão. Esse processo consiste basicamente na prática de um conjunto de diretrizes éticas e morais e de dinâmicas meditativas que, no caso do Yoga, são acompanhados de posturas físicas (*asanas*) e exercícios respiratórios (*pránáyámas*) voltados a estimular o controle (*nirodha*, melhor traduzido como recolhimento) sobre os sentidos, pensamentos e outras dispersões (*vrttis*) da mente (*citta*).

■ Uma vez contornado o debate histórico, iremos assumir os sutras de *Patañjali* como uma compilação/sistematização de tudo o que havia sido produzido anteriormente sobre o Yoga. Nesse tocante, é crucial ressaltar esse direcionamento prático/experimental, indicado logo



**Yoga é o
recolhimento dos
meios de expressão
da mente, ou dos
seus padrões de
consciência**



no seu primeiro aforisma (sutra 01) que pode ser traduzido por algo como: agora, portanto, instruções completas sobre Yoga.

■ A frase é interessante sob vários aspectos, primeiramente, pela forma como é introduzida, que denota um diálogo em andamento e nos permite especular que o Yoga é uma etapa de um processo que se inicia antes. À luz da minha parca experiência de praticante, fica claro que, na maioria das vezes, aquele que procura o Yoga já o faz como resultado de uma busca anterior, por algo que embora difícil de formular, revela um desconforto com o modo pelo qual somos socializados de forma desconectada com nosso corpo, nossas emoções e com o mundo que nos cerca. O objetivo do Yoga (termo que pode ser traduzido por união) é promover essa reconexão.

■ Neste primeiro sutra, o caráter prático experimental do Yoga é ressaltado, uma vez que o que está sendo anunciado são instruções (*anu sanam*) demarcando a ênfase não especulativa do conteúdo a ser enunciado. No entanto, há também a ideia de que a vivência do Yoga pressupõe um

esforço prévio, na medida em que sua proposta contraria tendências naturais e estímulos culturais que nos são constitutivos. O que fica claro quando observamos o conteúdo do segundo sutra, o mais importante de todos e que define o objetivo do Yoga: Yoga é o recolhimento dos meios de expressão (*vrtti*) da mente, ou dos seus padrões de consciência.

■ Os *vrttis*, que também podem ser descritos como oscilações tendem a nos afastar da consciência, do momento presente, reforçando a ilusão de separação entre sujeito e objeto, indivíduo e natureza, corpo e mente, sendo essa ilusão a causa do sofrimento criado pelo homem, ou seja, aquele que pode ser evitado. Quando recolhidas ou aquietadas essas oscilações, é possível perceber a união (Yoga). Essa é a proposta.

■ Antes de avançarmos, é preciso ressaltar que esse aquietamento, ou controle, é algo difícil que, para mortais como nós, surge como resultado de uma longa jornada de auto-entendimento acerca dos nossos padrões de consciência. Tal percurso pode ser tornado menos árduo quando trilhado junto com outros praticantes, que se dedicam a compreender e experimentar as instruções contidas nos sutras e em outros textos, sobre os quais

nos debruçaremos nas próximas colunas do **Jornal da AdUFRJ** e

por meio dos quais acredito ser possível

reduzir, de maneira gradual e, por vezes errática, o montante de oscilações da mente.

Essa tem sido a minha jornada e espero, através dessa coluna, convidá-los a trilhá-la comigo.

